

INSTÂNCIAS MEDIADORAS DO RELATO DE
VIAGEM IMAGINÁRIA A UMA TERRA UTÓPICA:

o prefácio e o narrador-editor de *La Terre Australe connue* (1676), de Gabriel de Foigny

Ana Cláudia Romano Ribeiro¹

¹ É doutoranda no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e bolsista da FAPESP e da CAPES.

RESUMO

A descrição do país ideal e imaginário que caracteriza os textos pertencentes ao gênero utópico se dá graças a três instâncias mediadoras que ligam o mundo descrito pelo utopista ao mundo do leitor: o prefácio, os narradores – que são em geral dois: o narrador-editor do prefácio e o narrador-viajante do relato utópico – e a viagem. Trataremos neste artigo do prefácio e da figura do narrador-editor do prefácio de *La Terre Australe connue*, escrita por Gabriel de Foigny e publicada em 1676. Para compreender esses dois elementos é necessário tratar de três problemas literários de sua época aos quais estão estreitamente vinculados: a voga da literatura de viagem, a imbricação dos gêneros utopia e relato de viagem e a crise do gênero romanesco no último quarto do século XVII francês.

Palavras-chave: utopia, viagem imaginária, relato de viagem, narrador, prefácio

ABSTRACT

The ideal, imaginary land's description that characterizes texts belonging to the utopian genre depends on three mediatory instances which connect the world described by the utopian writer to the world of the reader: the preface, the narrators – that are usually two: the narrator-editor of the preface and the narrator-traveller of the utopian narrative – and the voyage. In this article, we will deal with the preface and the figure of the narrator-editor of *La Terre Australe connue's* preface, written by Gabriel de Foigny and published in 1676. To understand these two elements, it is necessary to consider three literary problems of the period to which they are closely linked: the vogue for travel accounts, the overlapping of the utopian genre and that of the travel literature, and the crisis of the fictional genre at the last quarter of 17th-Century France.

Key words: utopia, imaginary voyage, travel account, narrator, preface

A descrição do país ideal e imaginário que caracteriza os textos pertencentes ao gênero utópico se dá graças a três instâncias mediadoras que ligam o mundo descrito pelo utopista ao mundo do leitor: o prefácio, os narradores – que são dois: o narrador-editor do prefácio e o narrador-viajante do relato utópico – e a viagem. Em *La Terre Australe connue*, escrita pelo francês Gabriel de Foigny, e publicada em 1676, os dois narradores se exprimem na primeira pessoa: “G. de F.”, conforme se lê na capa da obra, é o narrador do prefácio dirigido ao leitor e editor do relato escrito por Nicolas Sadeur, filho de pais franceses e dotado da particularidade de possuir os dois sexos, um viajante que narra suas aventuras e descreve uma utópica Terra Austral habitada por hermafroditas, onde ele permanecera durante “mais de trinta e cinco anos”. Trataremos no âmbito deste artigo do prefácio e da figura do narrador-editor no prefácio. Antes, situaremos resumidamente a utopia de Foigny em relação a três problemas literários de sua época: a voga da literatura de viagem, a imbricação dos gêneros utopia e relato de viagem e a crise do gênero romanesco no último quarto do século XVII francês.

Relato de viagem imaginária e utopia no século XVII francês

La Terre Australe connue, publicada em 1676, foi escrita em plena voga dos relatos de viagem na França que, segundo informa Démoris, começou em 1650 (DÉMORIS, 1975, p. 163). Entre 1660 e 1680 mais de 110 títulos foram editados, sendo freqüentes as reedições. Três compilações foram publicadas: a de Bernier, a partir de 1670, a de Tavernier em 1676 e a de Thevenot de 1663 a 1672.

A voga da literatura de viagem foi encorajada pelas instâncias políticas e se intensifica no início do reino de Luís XIV no momento em que Colbert pretende constituir uma companhia para o comércio das Índias Orientais, seguindo o exemplo dos Países-Baixos. Charpentier, propagandista oficial, reunirá tradutores e compiladores com o objetivo de despertar nos franceses o gosto pelo risco e pela aventura,

estimulando-os a servirem à política de expansão comercial de Colbert, conforme testemunha o *Avis* ao leitor da edição de 1663 da compilação de Thevenot (CHUPEAU, 1977, p. 538).

Se tal estratégia não teve sucesso, ao menos serviu para estimular no público leitor o gosto pelos relatos de viagens, que contribuirá para a formação de uma nova “geografia das idéias”, segundo a fórmula de Paul Hazard, ampliando os horizontes da reflexão filosófica. “Os livros de viagem são os romances dos filósofos”, dizia Sorel, reproduzindo uma opinião difundida na época. A viagem utópica será um dos frutos da junção entre elaboração ficcional e relato de viagem.

La Terre Australe connue pertence a dois gêneros: é uma utopia, pois *descreve* uma sociedade ideal situada no continente austral ainda desconhecido à época de Foigny, e um relato de viagem imaginária, que *narra* em primeira pessoa as viagens aventurosas de Nicolas Sadeur da Europa à Terra Austral, passando pela África, na ida, e por Madagascar, na volta. Trata-se de uma utopia típica do último quarto do século, quando, em relação às utopias anteriores, o elemento romanesco desenvolve-se no sentido da plausibilidade, quando utopia e relato de viagem se aproximam, reunindo, em conseqüência, as modalidades de apresentação características de cada um desses gêneros: a descritiva e a narrativa (MINERVA, 1995). Relato de aventuras e exposição didática, no chamado “romance utópico” do século XVII francês há uma elaborada trama com ações concatenadas e regidas pelo princípio de causalidade.

La Terre Australe connue reflete tanto as transformações pelas quais passa o gênero romanesco quanto a influência das viagens reais. O traço mais característico da utopia de Foigny é justamente essa síntese original entre teoria e relato, conforme notou Démoris (DÉMORIS, 1975, p. 166), entre documento e ficção romanesca. Como veremos, Foigny cita apenas alguns autores dos relatos que leu, sabemos, porém, que ele leu vários outros pelo estudo de suas fontes feito por Trousson (TROUSSON, 1999) e, exaustivamente, por Ronzeaud (RONZEAUD, 1981). A citação direta ou indireta de relatos verdadeiros dá uma aura de credibilidade geográfica ao relato do narrador-editor do prefácio de *La Terre Australe connue* que estudaremos aqui e ao relato do narrador-viajante Sadeur. Além disso, Foigny produz um formidável efeito de verossimilhança

por meio do relato em primeira pessoa de uma existência ocupada em sua maior parte pela descoberta da utopia: ao herói Sadeur é dada a palavra².

No entanto, conforme mostrou Racault (RACAULT, 2003, p. 119-125), a verossimilhança não era um recurso utilizado com tanto empenho até 1675. Várias utopias anteriores a essa data têm, prevalentemente, um acentuado caráter satírico e alegórico, como a *Ilha dos Hermafroditas*, publicada em 1605, atribuída a Thomas Artus³, o *Mundus alter et idem*, de 1607, de Joseph Hall, ou a *Viagem à lua*, de 1657, de Cyrano de Bergerac⁴. É a partir de 1675, portanto, que encontraremos, concomitantemente ao gênero da viagem imaginária fantasista, alegórica ou satírica, muitas viagens imaginárias que se querem reais, em que um narrador insiste na veracidade do que conta, dotadas de realismo formal. São duas as causas identificadas por Racault para o aparecimento ou renovação do gênero da viagem imaginária: a voga da literatura de viagem, que vimos acima, e a crise do gênero romanesco.

Muitos críticos escreveram sobre a crise do gênero romanesco, que coincide com a crise da consciência européia estudada por Paul Hazard. A crise da ficção, segundo Chupeau,

suscita uma transformação profunda das formas narrativas: o grande romance heróico, regrado segundo a epopéia, cede lugar a fórmulas novas – romance histórico, memórias, cartas – que têm em comum a busca da ilusão de verdade pela utilização renovada de tipos de discurso que se situavam, tradicionalmente, à margem do romance (CHUPEAU, 1977, p. 536)⁵.

O público leitor não se contenta mais com os romances convencionais pastorais, heróicos ou galantes de d'Urfé, Gomberville ou M^{lle} de Scudéry, e começa a mostrar sua nova predileção por relatos verídicos e pelo realismo narrativo: “o ilusionismo literário rege a criação romanesca sob Luís XIV” (CHUPEAU, 1977, p. 553). A partir de 1660, encontram-se na literatura francesa representações de realidades familiares, relatos

² As estratégias ficcionais que Foigny usou para criar a verossimilhança foram tão eficazes em sua época que Pierre Bayle e o autor da resenha publicada no *Journal des Savants* de 4 de agosto de 1692 acreditaram (a menos que estivessem blefando) que Sadeur tivesse realmente existido.

³ Traduzi para o português e analisei *L'Isle des Hermaphrodites*, no trabalho de mestrado “A *Ilha dos Hermafroditas*: viagem à França especular de Henrique III”, orientado pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel, defendido em 02/2005 no Departamento de Teoria Literária da Universidade Estadual de Campinas.

⁴ Elas seguem o paradigma de *Das narrativas verdadeiras* de Luciano de Samósata (século II d.C.), em que ele declara que contará coisas nunca vistas nem ouvidas, todas elas mentiras, e recomenda ao leitor que não acredite em nada do que ler. Ao reivindicar o direito à mentira, Luciano instaura uma relação irônica com a verdade (RACAULT, 2003, p. 120).

⁵ Tradução minha, assim como a de todos os trechos dos autores citados.

pitorescos, autobiográficos e histórias sobre existências aventurosas, ainda mais apreciados se estiverem escritos em estilo coloquial. O limite entre criação literária e documento torna-se tênue.

Alguns críticos da época (Chapelain, por exemplo) atacam os romances até então apreciados porque, moralmente, consideram-nos frívolos, perniciosos e corruptores; esteticamente, sem dignidade literária, por não pertencerem aos gêneros da poética clássica; e, filosoficamente, por serem inventados e, por isso, falsos. Segundo o abade de Bellegarde, em suas *Lettres curieuses de littérature et de morale* (1702), “a verdade é, falando claramente, o alimento do entendimento; é perigoso acostumar-se a amar a falsidade, e se acostuma a isso pela leitura de romances” (citado em RACAULT, 2003, p. 122). À frivolidade do romance se opõe a utilidade do relato de viagem, conforme confirma uma carta escrita por Chapelain de 15 de dezembro de 1663⁶.

Em finais do século XVII francês, o escritor de viagens imaginárias realistas, assim como o de outros tipos de ficções pseudo-autobiográficas e de romances epistolares, deve, portanto, escapar à acusação de ter escrito um relato mentiroso, fazendo com que o leitor o tenha por literalmente verdadeiro, mentindo duplamente. Daí a multiplicação de obras literárias camufladas sob a denominação de documentos autênticos, com inúmeras variantes, das quais fazem parte o prefácio e o relato de *La Terre Australe connue*.

O relato de viagem é, como vimos, um dos gêneros narrativos que contribuirá para a renovação da prosa francesa do último quarto do século XVII, sendo um dos fatores da constituição da narração romanesca na primeira pessoa (DÉMORIS, 1975). Nela, a enunciação se refere “a uma instância personalizada e reconhecível”, reflexo direto da experiência pessoal de “um ser singular que se associa ao mundo por uma rede de correlações biográficas”. A primeira pessoa, “inerente à forma do relato de viagem, participa desta emergência do realismo romanesco que a obra clássica de Ian Watt, *The rise of the novel*, associa à aparição da noção de indivíduo e à valorização da singularidade concreta da experiência pessoal” (RACAULT, 2003, p. 125).

⁶ *Notre nation a changé de goût pour les lectures et, au lieu des romans, qui sont tombés avec la Calprenède, les voyages sont venus en crédit et tiennent le haut bout dans la Cour et dans la Ville, ce qui sans doute est d'un divertissement bien plus sage et plus utile que celui des agréables bagatelles qui ont enchanté tous les fainéants et toutes les fainéantes de deçà, dont nos voisins italiens, allemands, hollandais ont sucé le venin à leur dommage et à notre honte* (citado em CHUPEAU, 1977, p. 539).

O prefácio

É muito comum que as utopias venham acompanhadas de um prefácio, especialmente as do último quarto do século XVII francês, que se apropriam de várias características do relato de viagem, confundindo-se com este. Sua presença ou ausência, como analisou Racault, se deve a dois elementos intimamente relacionados e que tornarão o relato mais ou menos verossímil: o tipo de relação com o real que o relato pretende suscitar no leitor e o teor de personalização que se dá ao viajante-narrador.

O prefácio da utopia de Foigny, uma mistura de considerações teóricas e didáticas com um relato pitoresco, é bastante elaborado, característica de utopias “realistas” em que, segundo Racault (RACAULT, 2003, p. 131), o relato utópico está “fortemente inserido em um mundo dado por existente” e em que “o estatuto pessoal da enunciação”, feita por um personagem individualizado e complexo, “garante a autenticidade da descrição”. O prefácio é, portanto, um elemento essencial de uma estratégia usada para convencer o leitor da veracidade do relato apresentado.

Pouco estudado, já que o foco das análises de utopias se dirige sobretudo para a descrição do país utópico, o prefácio tem, no entanto sua importância. Pensamos, como Racault, que o prefácio “é uma peça essencial do dispositivo narrativo a que recorrem utopias e viagens imaginárias” (RACAULT, 2003, p. 119). Ele é exterior ao relato, mas ao mesmo tempo inseparável dele, não faz parte do relato nem está fora dele, seu estatuto “liminar ou paratextual”, coloca-o entre “o mundo ilusório da ficção romanesca e o mundo empírico de referência do leitor” (RACAULT, 2003, p. 129). “Paratexto ambíguo”, é por sua posição liminar que ele permite a passagem do verdadeiro ao fictício (RACAULT, 2003, p. 136). Ele configura-se como “o lugar privilegiado em que se elabora o efeito de real graças ao qual a viagem ficcional tenta se passar por relação autêntica” (RACAULT, 2003, p. 129).

No prefácio está o primeiro elemento romanesco da utopia: a história de um texto. Essa história permite por sua vez a evocação, por parte do narrador-editor, dos últimos momentos de seu autor, ou seja, a narração do final do relato que virá (DÉMORIS, 1975, p. 166).

O prefácio tem um caráter propedêutico: ele prepara o leitor, acomodando em seu imaginário a idéia da parte da terra a ser descrita, no caso, a terra austral, fazendo o elo entre o mundo do leitor e o mundo ficcional, entre o real e o imaginário. Ele assume

assim uma função mediadora, assegurando a transmissão do relato que o segue, bem como a ligação entre espaços reais e imaginados. Ele cumpre uma exigência da narrativa de viagem imaginária que se quer verossímil: ancora a ficção no mundo da realidade empírica, procurando apagar os limites entre a ficção e a realidade, entre o verdadeiro e o falso (RACAULT, 2003, p. 119).

O prefácio é estruturalmente homólogo a outras instâncias mediadoras indispensáveis ao texto utópico, que conta com pontos de referência ao real para constituir o país imaginado: o narrador-editor do prefácio, o narrador-viajante e a viagem. O narrador-editor é quem torna possível a publicação na Europa do manuscrito do viajante. O viajante-narrador, ao mesmo tempo em que representa o nosso mundo no mundo utópico é, quando retorna, o “embaixador da utopia no mundo real” (RACAULT, 2003, p. 136). A viagem é um acontecimento carregado de dimensão simbólica que permite a ligação e o confronto entre os dois mundos.

O narrador-editor G. de F. e os quatro tópicos do prefácio

A história da publicação da *Terre Australe connue*, contada por Frédéric Lachèvre (LACHÈVRE, 1968, p. 35), ainda que caracterizada pela imprecisão das fontes, revela um pouco das intenções de seu autor. Foigny levou ao editor de seu último livro, *L'élégance et la Facilité des langues latine et française*, Jean de La Pierre, o manuscrito de sua utopia, que ele teria apresentado como se fosse um relato de viagem verídico, juntamente com uma autorização para publicá-la que lhe fora dada pelo prefeito de Genebra, Jean Lullin. Foigny teria assegurado a Jean de La Pierre que o autor do relato sobre a Terra Austral era um certo *sieur* Sadeur de Nîmes, e que ele havia obtido o manuscrito das mãos de um livreiro de Clermont, da região de Auvergne. Não se sabe o que se passou ao certo entre Foigny e seu editor, já que a única fonte de informação sobre isso são as atas do processo de condenação do livro de Foigny por parte da Venerável Companhia logo após sua publicação. O fato é que o livro saiu publicado, porém com falsos nomes do editor e da cidade de publicação: *À Vannes chez Jacques Verneuil*, ao invés de *À Genève chez Jean de La Pierre*. O editor ou Foigny podem ter feito essa troca para proteger-se das sanções das autoridades calvinistas de Genebra, tão familiares ao escritor. Apesar de imprecisa, essa história nos mostra que Foigny quis

ocultar-se sob o nome do narrador Sadeur e sob as iniciais G. de F., aquele que apenas “resumiu e publicou sob seus cuidados” as memórias de um outro.

Conforme seu título indica – *Au lecteur* – o prefácio assume a função de comunicar-se com o leitor, é “um enunciado personalizado orientado a um destinatário” (RACAULT, 2003, p. 135), feito por um narrador-editor, personagem individualizado, protagonista do prefácio e testemunha. Para que se crie um universo outro, utópico, Foigny introduz primeiramente um mediador entre a realidade e a ficção, entre o mundo de existência concreta do leitor e de seus valores e o mundo utópico com sua alteridade característica.

A existência do editor, por sua vez, autentica a de Sadeur, apresentado ao leitor como personagem tão individualizado quanto o narrador-editor. Em decorrência do efeito de verossimilhança criado acerca da existência do editor e de Sadeur, o leitor poderá acreditar também na veracidade do relato sobre a Terra Austral. O prefácio apresenta portanto um sistema de validações sucessivas. Nas palavras de Racault, o *Eu* do editor valida o *Eu* do viajante, que, por sua vez, valida a substância de seu relato (RACAULT, 2003, p. 132).

O primeiro tópico do prefácio, caro aos humanistas, e posteriormente aos libertinos, é dado no primeiro parágrafo: o *topos* do elogio da curiosidade e do engenho humanos, que não cessam de visar os mais diversos objetos, inclusive o céu (o homem “quer até mesmo subir aos céus e, como se não bastasse raciocinar e discorrer sobre as propriedades das estrelas...”) e as questões religiosas (“...esforça-se para se aprofundar nos segredos da divindade”):

L’Homme ne porte aucun caractere plus naturel, que le desir de penetrer dans ce qu’on estime difficile, & de comprendre ce qui paroît à plusieurs inaccessible. Il est né avec cette passion, & il en donne autant de preuves, qu’il entreprend de nouveaux desseins. Il veut même monter dans les Cieux: & non content de raisonner & discourir des qualitez des étoiles, il s’efforce d’approfondir dans les secrets de la Divinité.

Já neste primeiro parágrafo do prefácio é introduzido o tema do relato de viagem que G. de F. editou, ou seja, a última parte do orbe até então pouco conhecida, chamada por seus conterrâneos de *Cinquième Monde*, a Terra Austral. Apesar do considerável desenvolvimento científico e filosófico dos europeus, G. de F. lamenta que o continente austral, tendo permanecido desconhecido por “quatrocentos ou quinhentos anos”, ainda que tenha sido alcançado, não tenha sido explorado e descrito. G. de F. citará algumas

linhas abaixo o autor da *Cosmografia* (1657), “*Monsieur de Ranty*”, ou Renty, em cuja introdução se lê que ninguém soube até o presente momento o que era precisamente a Terra Austral nem se ela era habitada. Com efeito, conforme G. de F. relatará nos parágrafos seguintes, o português Fernandez de Quir o abordara em 1610 (em realidade, Quir, ou Queiroz, partiu de Callao em 1605 para chegar às Novas Hébridas, que ele tomou pela Terra Austral), porém, não chegou a percorrê-lo para poder dar dele uma descrição detalhada.

O narrador deste primeiro parágrafo associa os temas das descobertas astronômicas, filosófico-religiosas e o das descobertas geográficas em um discurso que afirma sua crença na capacidade humana de entender o céu e a terra, apontando para a ausência de limites religiosos ou geográficos. Elogiando a curiosidade geográfica humana, G. de F. enfatiza a experiência sensorial de um novo tipo de conhecimento, empírico, dela advindo, que parte da observação da natureza ou da realidade das novas terras e povos descobertos para em seguida modificar-se por causa deste confronto.

Já neste parágrafo introdutório revela-se a posição otimista e “libertina” do narrador G. de F., que elogia a razão humana capaz de “*raisonner*”, “*discourir*”, “*approfondir*”, em pleno período da contra-reforma, cujos atores condenaram Galileu e incluíram tantos livros no Index. Em 1692, quando sairá a segunda edição da *Terra Austral Conhecida*, esse primeiro parágrafo terá sido totalmente suprimido por seu revisor, o abade Ragenet, assim como partes substanciais do capítulo sobre a religião dos austrais.

Após essa introdução ao tema do livro, G. de F. desenvolve o segundo tópico: a revisão bibliográfica dos relatos de viagens a regiões austrais. Ele discute a descoberta de Magalhães, Gonneville e Marco Polo de terras austrais, esclarecendo que em realidade eles não chegaram a descobrir o quinto continente, mas, respectivamente, “dependências da América” (a Terra do Fogo), incertas costas austrais (pois Gonneville não deixou nem descrições, nem sua localização precisa), e ilhas austrais (como Java). Em seguida, comenta o relato de Fernandez de Quir, único que, segundo ele, merece a honra de ser considerado como aquele que realmente abordou o continente desconhecido e dele esboçou uma descrição.

Trata-se, segundo Quir, de um país mais fértil que a Espanha, cujo clima é tão salutar que é possível deitar-se diretamente no chão sem qualquer incômodo, tanto de

dia quanto à noite; as frutas são deliciosas e nutritivas, bebe-se um líquido mais agradável do que o vinho; os austrais são numerosos, alegres, afáveis, mais altos e encorpados que os europeus, saudáveis e longevos, particularmente hábeis quanto a jardins, barcos e tecidos, andam nus e cultivam as ciências. Esse relato é, segundo G. de F., sucinto e não satisfaz a curiosidade, daí o valor extremo do relato de Sadeur.

Este segundo tópico revela um autor conhecedor de relatos de viagem sobre a terra austral e de obras de geografia (com efeito, Foigny foi professor particular de várias matérias, dentre elas geografia). Conforme analisa Ronzeaud (RONZEAUD, 1982, p. 85-163), o relato de Quir (ou Queirós, ou Queiroz), é a principal fonte de Foigny, perceptível nas descrições presentes no relato de Sadeur. As referências aos grandes navegadores, aos relatos de suas viagens, a datas precisas e dados geográficos, além da função crítica de um narrador que se revela tão bem informado, introduzem no relato fatos verdadeiros, preparando o leitor para acreditar na veracidade do relato de Sadeur.

Após a revisão bibliográfica, G. de F. coloca e resolve a questão do direito de posse do recém-conhecido continente austral: ainda que Sadeur tenha sido educado em Portugal, como seus pais eram franceses, a glória dessa descoberta se deve ao rei da França, Luís XIV, e não à Espanha (que dominou Portugal de 1580 a 1640). G. de F. deixa clara sua simpatia por este rei “temido, triunfante e conquistador”. O relato de Sadeur sugerirá uma possível colonização visando à exploração das “raridades úteis à Europa”, muito em acordo com a política colbertiana de expansão. O Foigny histórico, morando na Suíça, possivelmente previa a necessidade de atrair apoio e proteção real francesa contra a censura calvinista genebrina.

No terceiro e quarto tópicos, G. de F. assume a função narrativa para evocar as circunstâncias do seu encontro com o Sadeur, de como o manuscrito chegou às suas mãos e de como ele o traduziu e editou.

O terceiro tópico corresponde ao relato do final da vida de Sadeur, que compreende a explicação fundamental para o livro de como o manuscrito foi transmitido a G. de F.: como, quando e onde conheceu Sadeur - em Livorno, no ano de 1661, quando o viajante desembarcara do navio que o trouxera de Madagascar, local intermediário de sua viagem de retorno da Terra Austral. Em outras palavras, o narrador relata como se tornou parte da biografia de Sadeur, testemunha ocular da existência

desse viajante e, por extensão, da existência da Terra Austral e da veracidade da narrativa de Sadeur, autenticada pelo fato de G. de F. colocar-se como personagem.

Podemos supor que G. de F. fosse um personagem de alguma forma ligado às atividades marítimas, afinal ele estava no porto de Livorno quando encontrou Sadeur e, no prefácio, mostrou-se um conhecedor de vários relatos de viagem, da *Cosmografia* de Ranty e das vantagens a serem tiradas da colonização do quinto continente.

É marcante a riqueza de detalhes dessa parte, que permite ao leitor imaginar com precisão os acontecimentos e os sentimentos dos dois personagens. O narrador atribui à sua boa sorte o encontro com Sadeur, que ele salva do afogamento: cansado, o viajante escorregara na prancha de desembarque e caíra na água com uma pequena valise contendo quatro rolos e o manuscrito sobre a Terra Austral. G. de F. dá a conhecer seus sentimentos, contando que ele se apiedara desse homem vendo-o afogar-se “desafortunadamente”, sem que ninguém o ajudasse, e estendera-lhe uma percha. Segue-se o pedido de ajuda de Sadeur, “desprovido de qualquer ajuda neste mundo”, a descrição de seu aspecto físico e moral, o relato de como o narrador encarregara-se da negociação com o capitão do navio sobre os custos da viagem, de como cuidara da hospedagem de Sadeur e de sua saúde, da visita médica que providenciara, de como Sadeur havia narrado durante duas horas inteiras suas aventuras em latim, do conteúdo de sua valise e de seu estado de conservação (um manuscrito contendo o relato sobre a terra austral e quatro rolos que a água do mar havia manchado um pouco), que Sadeur oferecera a G. de F. para cobrir “as despesas de sua sepultura”, de como o viajante exalara seu último suspiro no dia 25 de março de 1661, “dia da Encarnação do Filho de Deus”. Em seguida, G. de F. prossegue na com a narração do procedimento burocrático a seguir quanto à morte de Sadeur, estrangeiro, em Livorno, e discorre sobre a decisão de, depois de conservar o manuscrito por quinze anos, publicá-lo. “É *post mortem* que se conclui a transmissão narrativa”, conforme as palavras de Racault (RACAULT, 2003, p. 134), o que dá ao relato de Sadeur um caráter “testamentário” (BENREKASSA, 1974, p. 384).

Essa terceira parte cria, portanto, um espaço ficcional coerente que imita a realidade de maneira fiel e por suas qualidades miméticas “o mundo ficcional resulta concreto” (MINERVA, 1993, p. 47). Toda a riqueza de detalhes mantém o efeito de verossimilhança já criado, levando o leitor a acreditar que o relato de Foigny e também

o de Sadeur sejam verdadeiros: com tantos detalhes testemunhados pelo próprio editor esse relato só pode ser verdadeiro. A função testemunhal do editor é reforçada pela suposta existência de outras pessoas que também conheceram Sadeur: o capitão do barco que o trouxe de volta de Madagascar, o taverneiro que os hospedara, o médico que tratara de Sadeur e o “Governador” de Livorno.

O prefácio termina com o quarto tópico: a decisão do editor de publicar o relato de Sadeur e o trabalho de tradução e edição.

O narrador diz que decidiu publicar o relato de Sadeur por ver nele “uma infinidade de traços da divina sabedoria”, pois mostra um povo pagão vivendo virtuosamente, enquanto os cristãos acumulam vilezas. Trata-se de um *topos* presente em outras obras utópicas que tem sua matriz mais famosa em Montaigne (no ensaio sobre os canibais, precisamente): a crítica aos europeus civilizados e o elogio dos povos recém-descobertos, vistos como levando uma existência “natural”. Os europeus, que se dizem civilizados, “vivem pior do que os animais”; já os austrais, que seguem a natureza (*fondez seulement sur des lumieres naturelles*), se revelam mais virtuosos do que os “reformados”.

O narrador-editor apresenta o relato publicado e justifica sua publicação por meio de um discurso apologético. Ele insiste no valor documentário e moral do relato de Sadeur, que pela primeira vez dará ao público uma descrição das até então incógnitas Terras Austrais. Em seguida, G. de F. critica aqueles que usam suas imaginações estreitas para avaliar os desígnios divinos e que, por isso, julgarão o relato de Sadeur “uma ficção feita por mero capricho”. Ele diz que não deixará, por causa dessas mentes limitadas, de apresentar “verdades que devem edificar toda a Europa”. Continua afirmando estar convencido de que nada há de impossível neste relato para quem possui mesmo “um leve traço de razão”, se poderia, no máximo, suspender o julgamento sobre algo que “existe de fato”. A insistência na necessidade de publicar esse relato de viagem leva a crer que ele temia que o texto fosse julgado herético ou censurado, o que de fato aconteceu, como foi visto acima. G. de F. se apóia habilmente na hipercrítica: ele já mostrara ao leitor ser criterioso, quase científico, na análise de documentos verídicos sobre as terras austrais; aqui o leitor é levado a acreditar que ele certamente será criterioso quanto à publicação de um relato “edificante”.

Nas últimas linhas do prefácio, o escritor Foigny novamente se serve da hipercrítica para criar um efeito de real (DÉMORIS, 1975). Nelas, G. de F. fala de seu trabalho de tradução e edição do texto, assumindo o papel do crítico, julgando e editando o texto de Sadeur. Ele diz que se ateuve “ao encadeamento do discurso do nosso autor tanto quanto seu estilo o permitiu” e que ter retirado “a maior parte das matérias puramente filosóficas” para que a história ficasse “mais pura e mais divertida”, dizendo pretender editá-las separadamente em um tratado, para que as “grandes luzes das quais gozam os austrais” fossem evidenciadas e fossem mais bem julgadas. O leitor deduz que ele traduziu o documento do latim para o francês, que fez um trabalho de adaptação estilística e que o recortou. O personagem e narrador G. de F. se coloca, portanto, como intermediário entre o texto original e o leitor, levantando sutilmente o problema da tradução de uma língua a outra, no caso, do latim para o francês, problema que certamente o autor Foigny conhecia bem, tendo escrito uma gramática do francês e do latim, além de ter ensinado essas línguas.

O leitor poderia supor que o estilo de Sadeur fosse simples, convenção adotada em relação a muitos autores – ou supostos autores – de relatos de viagens reais ou imaginárias. Nesse caso a credibilidade do relato se apoiaria na simplicidade do estilo, e reforçaria a verdade dos fatos relatados (CHUPEAU, 1977, p. 540, 548-549). Porém, Sadeur relatará que recebera uma educação primorosa, a mesma que recebera o filho da duquesa de Villafranca, do qual ele fora pajem, logo, seu estilo não poderia ser rude.

É importante levar em conta a mediação literária (tradução e edição) operada por G. de F.. As modificações imputáveis a ele não são identificáveis, fato agravado pelo estado do manuscrito que, conforme relatara G. de F., trazia passagens apagadas ou manchadas pela água do mar. O leitor, portanto, não poderá saber até que ponto o editor foi fiel aos originais. A descrição do trabalho do editor atesta a existência de um texto anterior “o único que, hipoteticamente, é plenamente conforme à verdade, apenas para tornar seu conteúdo inteiramente conjectural” (RACAULT, 2003, p. 140).

Durante todo o prefácio, como vimos, Foigny se esforça em criar um efeito de real – e de realidade vivida pelo narrador, tão verossímil que se chama G. de F. – que prepara o leitor para começar a leitura do relato de Sadeur aceitando sua veracidade. Concordamos com Racault quando ele diz ser curioso o fato de que o *topos* do viajante-

mentiroso surja novamente onde menos se espera, ou seja, nos próprios relatos de viagens imaginárias que se querem reais (RACAULT, 2003, p. 140).

Entretanto, todo esse esforço de convencimento poderia justamente fazer com que o leitor suspeitasse da efetividade do relato de um viajante de terras longínquas, contador de coisas que ele nunca poderá verificar. Afinal, como diz o provérbio francês, *a beau mentir qui vient de loin* (“quem vem de longe conta belas mentiras”). Ou também que suspeitasse da existência de um narrador-editor tão insistente em ganhar credibilidade ou ainda de seu trabalho de tradução e edição. A ironia do narrador-editor que insiste na veracidade do relato que ele traduziu pode, ao contrário do efeito de credulidade desejado, insinuar ao leitor atento que o texto editado não é verdadeiro.

Além disso, de nada adiantaria insistir na veracidade do relato, ao menos para os teóricos clássicos, segundo os quais o verossímil não é o verdadeiro, mas apenas uma imagem ilusória, e que, portanto, reclamar para si a veracidade do relato equivaleria a “situá-lo imediatamente no campo da ficção”. Como percebeu esse estudioso, é como se o autor, com seus “procedimentos de autenticação às vezes extremamente refinados colocados em ação no discurso prefacial”, se divertisse com o fato de eles mesmos provocarem a contestação do que autenticam, levantando suspeita de fraude (RACAULT, 2003, p. 141).

No prefácio da *Terre Australe connue*, assim como nos demais prefácios da época clássica estudados por Racault, há mais do que uma vontade de apagar os limites entre fato romanesco e fato vivido, para isso fazendo passar por verdadeiro o que é inventado. Há neles uma vontade de instaurar a “ambigüidade lúdica do ‘mentir verdadeiro’”, o jogo irônico sobre o real e do fictício, o verdadeiro e o falso. Essa ambigüidade aproxima os prefácios da utopia propriamente dita que critica a realidade sociopolítica servindo-se “da máscara irônica de um discurso de ficção” (RACAULT, 2003, p. 141).

Bibliografia

Fontes primárias

FOIGNY, Gabriel de. *La Terre Australe connue*. Avec une préface de Raymond Trousson (reimpressão da edição de Vannes, 1676). Genebra: Slaktine Reprints, 1981.

FOIGNY, Gabriel de. *La Terre Australe connue* (1676). Édition établie, présentée et annotée par Pierre Ronzeaud. Paris : S.T.F.M., 1990.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Édition présentée, établie et annotée par Pierre Michel. Tome 1, ch. XXXI, p. 303-319.

Fontes secundárias

BENREKASSA, “Le statut du narrateur dans quelques textes dits utopiques”. In: *Revue des Sciences Humaines*, 155, XXXIX, 1974, p. 379-395.

CHUPEAU, Jacques. “Les récits de voyages aux lisières du roman”. In: *Revue d’histoire littéraire de la France*, 3-4, 1977, p. 536-553.

DÉMORIS, René. “L’utopie, Autre du roman: *La Terre Australe connue...* de G. de Foigny (1676). In: *Revue des Sciences Humaines*, 155, XXXIX, 1974, p. 397-409.

DÉMORIS, René. *Le roman à la première personne. Du Classicisme aux Lumières*. Paris: Armand Colin, 1975.

LACHÈVRE, Frédéric. *Les successeurs de Cyrano de Bergerac*. Genève: Slatkine Reprints, 1968.

MINERVA, Nadia. “Viaggi verso utopia, viaggi in utopia. Dinamica del movimento e della stasi”. In: *Viaggi in utopia*. A cura di Raffaella Baccolini, Vita fortunati e Nadia Minerva. Ravenna: Longo, 1993.

MINERVA, Nadia. “Viaggi in utopia. Note su alcuni romanzi dei secoli XVII e XVIII”. In: *Utopia e... amici e nemici del genere utopico nella letteratura francese*. Ravenna: Longo, 1995, p. 41-62.

RACAULT, Jeran-Michel. “Seuils I: Le paratexte préfaciel ou les jeux de la vérité et du mensonge”. In: *Nulle part et ses environs. Voyage aux confins de l’utopie littéraire classique (1657-1802)*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 2003, p. 119-141.

RONZEAUD, Pierre. “Le voyage austral et la Terre Australe”, in: RONZEAUD. P. *L’utopie hermaphrodite*. Marseille: C.M.R.17, 1982, p. 85-163.

TROUSSON, Raymond. *Voyages aux pays de nulle part. Histoire littéraire de la pensée utopique*. Bruxelles: Presses de l’Université de Bruxelles, 1999.

